

Relatório da Oficina Trabalho Escravo, ocorrida em Barreiras nos dias 12 e 13 de junho de 2005 , no auditório da CODEVASF.

Facilitadores: Ana Pinto - CPT Xinguara/PA e Silvano Rezende - CPT/TO

Relato sintético das atividades:

As atividades iniciaram-se com atraso (10:30h do dia 12), devido a problemas com o funcionamento dos recursos didáticos utilizados. Após a apresentação dos participantes, passou-se a apresentação de um vídeo mostrando a realidade cruel do trabalho escravo, de modo a sensibilizar os participantes para a compreensão e enfrentamento do problema. Entre as impressões relatadas do vídeo, pode-se perceber a indignação que o problema provoca. Viu-se que os relatos apresentados no vídeo mostram características de trabalho contraditórias no meio rural do Oeste da Bahia: sua relação com a degradação ambiental, ser um problema tratado como hábito da região, brutalidade da violência e impunidade. Percebeu-se que o recebimento das verbas rescisórias no ato da fiscalização se converte em vantagem para o fazendeiro infrator. Os trabalhadores colocaram a importância de procurar outras alternativas de vida para o agricultor, pois o trabalho escravo estaria diretamente ligado ao modelo de desenvolvimento econômico, baseado na competitividade e maximização de lucros, aliado à estrutura fundiária baiana e ao desemprego estrutural. Pontuou-se a necessidade de conhecimento sobre os processos migratórios na Bahia.

À tarde, as atividades tiveram início com a apresentação de casos concretos, a começar pela região do Pará, tida como a área de maior foco de trabalho escravo do país, associado à expansão da fronteira agrícola, desmatamento, grilagem de terras, presença de investidores do Sul do país, isolamento das áreas. No Pará, a CPT trabalha com a conscientização das comunidades, especialmente na prevenção. Discutiu-se a necessidade de trazer à discussão os movimentos de luta pela terra, investir na organização dos trabalhadores para vencer a cultura do medo e enfrentar o capital. UDR altamente organizada no sentido de invisibilizar o problema. Necessidade de entrar nas escolas, universidades. A UDR mantém relações com Universidades no Norte do país para assessorá-la. De outro lado, há uma crise no movimento sindical rural. No

Pará, foi construído o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Apontou-se o problema da omissão do Poder Público, da falta de infra-estrutura-institucional-estatal nos órgãos de repressão ao trabalho escravo. Falou-se também no caso levado à comissão interamericana de direitos humanos. Depois, a AATR expôs o processo de visibilidade do trabalho escravo no Oeste e nas denúncias e sobre as ações de dano moral. No debate, falou-se nas estratégias que os fazendeiros adotam para legitimar a precarização do trabalho humano, como compra de máquinas, colocando os trabalhadores contra a campanha de combate ao trabalho escravo. Também a necessidade de investir em novas formas organizativas dos trabalhadores rurais no Oeste (criação do sindicato de assalariados por ramo de atividade, investimento na agricultura familiar e reforma agrária). Falou-se na amplitude geográfica da região oeste, na falta de mapas e no perigo em relação à segurança das pessoas que lutam contra o trabalho escravo. Nas carvoarias em Correntina, assentamentos da FETAG colocam-se como testa-de-ferro das Usinas de Carvão.

Os depoimentos dos participantes apontam para o fato de que o trabalho escravo, a superexploração do trabalho e o trabalho degradante são práticas disseminadas na Região Oeste (café, soja, milho, algodão), e não só nela, havendo notícias no Litoral Norte (fruticultura e reflorestamento), no Nordeste baiano (culturas irrigadas), Sudoeste (carvoarias) e Recôncavo (corte de cana de açúcar). No Oeste, viu-se que dentre os maiores fornecedores de mão-de-obra escrava estão os municípios de Santa Rita de Cássia, Ibotirama, Distrito de Roda Velha, Mansidão, Boritirama, Subúrbio de Barreiras, Irecê, Alagoas e Piauí. Já a Bahia, manda trabalhadores principalmente para o Mato Grosso. Falou-se da necessidade de se criar uma articulação estadual contra o trabalho escravo.

Alguns nomes de propriedade surgiram: Mata, Fazenda Triunfo, Agronol, Estrondo (diz-se que lá existe até uma "delegacia" - obteve autorização para desmatar 50.000 hectares!).

Já na metade da tarde, houve o arremate participativo dos facilitadores sobre o sistema do trabalho escravo, processo de aliciamento, figuras, conceituação etc, e um pouco da atuação da CPT, incluindo alguns "macetes" , como ficar atento ao movimento dos trabalhadores nas paróquias, albergues, tudo no sentido de perceber o trabalho escravo/degradante, bem como o acolhimento dos trabalhadores. Falou-se um pouco sobre as equipes móveis, a importância dos parentes das vítimas e das próprias vítimas como informantes indispensáveis, como também se discutiu o papel dos sindicatos de acolhimento e denúncia, nas possibilidades de participação nos

espaços públicos de formulação, pressão, deliberação sobre políticas públicas de combate ao trabalho escravo - possibilidade de participação/colaboração da AATR no CONATRAE - Conselho Nacional de Repressão e Combate ao Trabalho Escravo, que se reúne em Brasília, onde só participam entidades de atuação nacional. Falou-se de uma importante entidade chamada Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br), investimento na formação e divulgação do problema, bem como de produção de materiais informativos, alfabetização de adultos.

As atividades do primeiro dia encerraram-se com uma discussão sobre organização dos trabalhadores rurais, agricultura familiar e reforma agrária.

No dia 13, iniciamos a oficina com um excelente material produzido pela CPT sobre o tema (que precisamos adquirir). A CPT/Xinguara colocou algumas conquistas obtidas na região do Sul do Pará como a exigência ao Gato para que ele indique o nome da fazenda para onde vão os trabalhadores (exigência política, jurídica coletiva - mediada pelos Sindicatos, DRT e MPT). Importância da Polícia Rodoviária Federal. Foi colocado que alguns STR representam perigo. Trabalhar as condições políticas organizativas dos trabalhadores no sentido de colocar cláusulas que facilitem a fiscalização nas Convenções Coletivas, buscar maior acesso à mídia áudio-visual e escrita.

Em seguida, realizou-se uma atividade prática, dividindo-se o total de participantes em dois grupos, para elaboração de uma declaração/denúncia, à luz de uma história real adaptada contada pela AATR. Depois, leitura das declarações, correções e observações em plenária.

Depois, os grupos se dividiram e buscaram tirar alguns encaminhamentos. Discutiu-se a necessidade de identificar parceiros locais, mapear (ir ao IBAMA) e conhecer melhor o assunto, pressionar a FETAG, talvez através da CUT, realizar palestras nas fazendas, acompanhar as convenções coletivas, investir em educação no campo (talvez com recursos do PRONAF - subprograma Brasil Alfabetizado), integrar as vítimas aos movimentos de luta pela terra, fortalecer a agricultura familiar, organizar sindicatos de assalariados, trabalhar nas periferias, pressionar o MTE para a criação de um ofício da DRT em Barreiras, criação de uma estrutura mínima de acompanhamento do problema, com assessor jurídico e diretor liberados - proposta de Balcão de Direitos, criação de banco de dados, pressão política nos municípios, ação sindical voltada também para a área formativa educacional, criação de uma comissão provisória para pensar em operacionalizar coletivamente a ação: do combate ao trabalho escravo ao combate aos efeitos perversos do agronegócio.

Avaliação.

Já caminhando para o encerramento da oficina, foi exibido um vídeo sobre a experiência da CPT Piauí.

Às 14h do dia 13, as atividades tiveram um encerramento místico com leituras de poesias e palavras-chaves que pudessem sintetizar o evento.

Participantes

Estavam presentes cerca de 25 participantes, dentre eles representantes sindicais da Região Oeste - SINTRAB, SINTRUB/Barreiras, Bancários/Barreiras, STR/São Desidério, Tabocas do Brejo Velho, Cocos e CUT/Oeste, representantes da CPT Regional, de Lapa, Barra, representantes da AATR, Diocese de Barreiras, Cáritas de Barreiras, Paróquia de Cocos e Partido dos Trabalhadores de Barreiras e de Cristópolis e dois trabalhadores rurais vítimas do trabalho escravo/degradante.

Comissão provisória

STR de São Desidério

CUT/OESTE

CPT/LAPA - BARRA

Diocese Barreiras

AATR

Agência 10 Envolvimento

CDH

Avaliação dos participantes

Pontos positivos: mais conhecimento, compartilhamento, sensibilização, material didático.

Pontos negativos: falta de tempo, ausência de entidades ambientalistas e do CDH.